

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NO BRASIL

Gutemberg Gomes Silva¹

RESUMO: Esse estudo trata-se sobre a inclusão e de como os alunos com altas habilidades ou superdotação são percebidos e inseridos em um trabalho pedagógico. É importante esclarecer que a inclusão não pode ser entendida apenas às pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental, que também não devem ser desconsideradas por políticas educacionais, mas também absorvem as pessoas que de um modo específico não se encaixam nos padrões conservadores da sociedade. Com isso, ressalta-se a importância de conhecer melhor o conceito de inclusão e usar suas diretrizes na transformação de concepções ou paradigmas, principalmente por parte da escola. Essa, por sua vez, precisa ser entendida como um espaço de formação humana, que precisa de recursos tecnológicos, da modernização de suas estruturas físicas e de investimentos na capacitação docente. A pergunta problema para a busca de respostas é a seguinte: *Como estão postas as ações nas escolas de Educação Básica para um trabalho efetivo e inclusivo para os alunos que possuem altas habilidades ou superdotação?* Essa pesquisa buscou na metodologia bibliográfica e com o método qualitativo renomados autores para composição do referencial teórico. Como objetivo principal, essa pesquisa busca compreender como está sendo considerada, na prática, a questão da inclusão social e educacional para alunos com altas habilidades ou superdotação. Os resultados desse estudo mostram que é preciso buscar um ensino que inove suas práticas para que os alunos com altas habilidades possam desenvolver suas competências e habilidades com maior propriedade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Altas Habilidades. Superdotação. Educação Básica.

ABSTRACT: This study is about inclusion and how students with high abilities or giftedness are perceived and included in a pedagogical work. It is important to clarify that inclusion cannot be understood only for people with some type of physical or mental disability, who should not be disregarded by educational policies, but also absorb people who, in a specific way, do not fit into the conservative standards of society. . With this, the

¹ Mestrando do Programa Stricto Sensu / Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Uberaba; Professor de Carreira da Educação Básica do Estado de Minas Gerais; Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica; Especialista em Coordenação Pedagógica; Licenciado em Educação Especial. e-mail: gutemberg.silva@estudante.iftm.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-7592-0691>; Lattes <https://lattes.cnpq.br/1235969706614571> Endereço: Rua São Pedro 1814 Bairro: Abadia CEP 38036040 Uberaba-MG

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

importance of knowing better the concept of inclusion and using its guidelines in the transformation of conceptions or paradigms, mainly on the part of the school, is highlighted. This, in turn, needs to be understood as a space for human training, which needs resources to purchase technological equipment, modernize its physical structures and invest in teacher training. The problem question for the search for answers is the following: *How are the actions set up in the Basic Education schools for an effective and inclusive work for students with high abilities or giftedness?* This research sought in the bibliographic methodology and with the qualitative method renowned authors for the composition of the theoretical framework. As a main objective, this research seeks to understand how the issue of social and educational inclusion for students with high abilities or overcrowding is being considered. The results of this study show that it is necessary to seek a teaching that innovates its practices so that students with high abilities can develop their competences and abilities with greater propriety.

Keywords: Inclusion. Giftedness. High Skills. Basic Education.

1- INTRODUÇÃO

A temática desse estudo busca investigar as situações legais, atitudes na sociedade e na escola no tratamento da inclusão para pessoas com altas habilidades ou superdotadas. A discussão da área inclusive pode ser complexa e ampla, porém, ao mesmo tempo as legislações e as lutas sociais trouxeram a inclusão a compreensão de que a sociedade não é moldada em um único padrão de comportamento e de aprendizagem. As pessoas são diferentes e aprendem de modo diverso e se relacionam de modo singular.

Assim, é preciso haver efetividade na inclusão tanto a nível legal quanto social e educacional. A nível social, no sentido de que a sociedade deve entender que os indivíduos com altas habilidades ou superdotados são seres humanos como as demais pessoas que fazem parte do meio no qual eles pertencem. A nível legal, levando-se em consideração que as leis precisam favorecer a inclusão do grupo em questão. Finalmente, a nível educacional, em termos da urgência de que sejam solucionados problemas como a falta de formação docente, necessidade de providenciar material que seja inovador e em conexão com a tecnologia, além do combate a visão tradicional do ensino, na qual todos os alunos são assistidos do mesmo modo, e o desenvolvimento dos discentes com altas habilidades ou superdotados é prejudicado.

E na busca de fortalecer essa discussão, esse estudo buscou na literatura respostas para a seguinte pergunta problema: Como estão postas as ações nas escolas de Educação Básica para um trabalho efetivo e inclusivo para os alunos com altas habilidades?

A hipótese é de que a inclusão social, na prática, não atende às diversidades. Alunos, professores e a escola absorve toda a pluralidade de opiniões, comportamentos e construção de saberes e, diante disso, deve ter um currículo diferenciado para trabalhar com os alunos que possuem quaisquer habilidades. Os alunos superdotados precisam estar inclusos em um processo de aprendizagem moderno, eficaz e que fortaleça de modo significativo o seu campo de aprendizagem ou de talento.

A justificativa em trabalhar esse tema se promoveu pelo conhecimento acadêmico e pelo interesse em produzir um trabalho científico importante à área da educação, social e da própria ciência. Necessário ressaltar que ao discutir a inclusão se faz um diagnóstico de como a sociedade, instituições e área de governo tem proporcionado alicerces para a inclusão social e educacional. A investigação é necessária até mesmo para gerar critérios de cobranças para que as políticas públicas e orçamentárias aconteçam em favor da inclusão. Outro ponto de relevância é trazer para discussão um assunto pouco debatido: a inclusão de alunos com altas habilidades ou superdotados. Muito se fala em inclusão para alunos com deficiência física e mental, mas alunos com possibilidades maiores e ágeis para aprender também devem fazer parte dessa discussão. A escola é plural e, desse modo, deve atender a todos. E é nesse campo que essa pesquisa se mostra relevante. A sociedade e principalmente a escola deve estar preparada para acolher alunos com altas habilidades e esse é o foco desse estudo.

Para buscar o conhecimento científico e compor um referencial teórico fiel ao campo já estudado, essa pesquisa leva a adoção da metodologia bibliográfica. Esse tipo de instrumento proporciona ao pesquisador a condução de buscas de leitura em livros, periódicos, dissertações de mestrado, artigos e outros materiais que já tem o crivo científico. Para Traina (2009) a pesquisa bibliográfica tem como objetivo apoiar pesquisadores e estudantes na elaboração de um artigo ou outro trabalho acadêmico.

De acordo com Traina (2009, p. 3)

A pesquisa por referências bibliográficas feita para identificar necessidades e motivação de novos temas de pesquisa também pode ser vista como uma maneira de perceber quais são os tópicos em alta (*hot topics*) que estão sendo considerados e desbravados pela comunidade da

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

área. Por um lado, ninguém quer colocar esforços em assuntos que se encontram relegados ao ostracismo pela comunidade científica, e por outro lado é necessário cuidar para não se acabar tendo em mãos uma solução da qual não se sabe que problema ela resolve. (Traina, 2009, p. 3).

A análise e interpretações das leituras realizadas usou o método qualitativo. Esse percurso científico permite ao acadêmico/pesquisador estratégias para compreender sobre o assunto que é objeto de estudo. De acordo com Minayo e Costa (2018) é um método subjetivo, mas permite encontrar respostas para uma pergunta problema do estudo.

A base de dados para o encontro de materiais foi somente pelo meio virtual. A ferramenta da Capes foi o único instrumento para a pesquisa. Deu-se prioridade para publicações da literatura científica dos últimos dez anos. Os descritores: Inclusão. Altas Habilidades, Superdotados e Educação foram os nortes para o compilamento de material dessa pesquisa.

Objetivo Geral:

Compreender como está sendo considerada a questão da inclusão social e educacional para alunos com altas habilidades ou superdotação nas escolas de Educação Básica no Brasil.

Objetivos Específicos:

Contextualizar de forma breve sobre o conceito e origem do termo inclusão.

Debater sobre a inclusão de alunos com altas habilidades ou superdotação.

Apresentar as dificuldades de materializar um ensino inclusivo para alunos com altas habilidades nas escolas brasileiras.

Estruturalmente esse estudo está dividido em três seções. A primeira faz uma busca no conceito de inclusão e como ela se fortaleceu ao longo do percurso histórico da humanidade e na área educacional. A segunda seção descreve como acontece e como é percebido a inclusão dos alunos superdotados. Na terceira seção, estão algumas dificuldades de efetivar o ensino inclusivo aos alunos superdotados ou alta habilidade.

1. CONCEITO DE INCLUSÃO

Percebida como uma ação que deve ser consolidada nos espaços escolares, a inclusão é um assunto que está presente há muitas décadas nas diretrizes educacionais, nas organizações metodológicas de ensino, políticas públicas e orçamentárias de governo. Entretanto, para Nunes (2013) a sociedade ainda não fortaleceu o princípio inclusivo de modo a aceitar as pessoas como elas são em suas características físicas, cognitivas ou emocionais.

O preconceito ainda persiste no meio social. As pessoas que não se encaixam em padrões pré-definidos são estigmatizadas como estranhas e isoladas do convívio entre as pessoas e até mesma são percebidas como incapazes para desenvolver muitas atividades. E isso, nas considerações de Nunes *et al.* (2013), é uma questão histórica cultural que se arrasta por gerações.

Na Idade Média, as pessoas que portavam alguma deficiência física ou mental eram afastadas da sociedade. A segregação atingia muitos espaços considerados importantes para as interações humanas como os lugares religiosos ou escolas. As pessoas que eram consideradas deficientes só poderiam viver no seio familiar ou nos manicômios. Com as tendências iluministas de valorização do ser humano, a partir do século XVIII, a sociedade começou a perceber, mesmo no grau de caridade, pobres, marginalizados e também deficientes (Gouvêa, *et al.* 2021).

No entendimento de Rigo (2019) no período contemporâneo a percepção do termo inclusão passa por uma questão de conquista de direitos promovida pelas classes minoritárias em todo o mundo. A sociedade começaria a ser mais perceptível por comportamentos e pessoas que não estariam dentro dos padrões tradicionais como beleza, desempenho ou outro.

Para Rigo (2019) se é ponto positivo que a inclusão tomou um espaço importante no campo social e educacional, estariam como postas as dificuldades para entender como acolher e lutar por um princípio inclusivo de modo que valorizasse o ser humano nas suas diversidades, ações e pensamentos. Todavia, tal acolhimento e luta ainda precisam de aprimoramentos e, em adição aos mesmos, é indispensável a criação de políticas públicas para fortalecer os processos de inclusão. Sousa (2022) traz a definição de inclusão, que em seu sentido lato, carrega a imagem de colocar algo que está fora de algum contexto para dentro. Parece ser algo muito simples e até seria se tratássemos sobre objetos, mas em Cadernos da Fucamp, v. 28, p. 107-120/2024.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

relação às pessoas, tanto o processo teórico quanto prático assume algumas ações complexas. É mais fácil ter as teorias do que mudar pensamentos já consolidados.

Embora ações políticas tenham ocorrido ao longo da história da inclusão no Brasil, muitas delas, hodiernamente, são questionadas pelo seu processo no tratamento, atendimento e proposições. Um exemplo disso, foi quando, endossado pela LDB 5692/71, efetuou-se o atendimento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais de modo segregado, pois os discentes desse grupo praticamente não conviviam com os demais alunos (Sousa, 2022).

Foi por essas razões que nasceria o termo próprio da inclusão que derrubaria o descaso e a segregação em legislações como a Constituição Federal de 1988, LDB 9394/96 e a Lei da Inclusão, Lei 13146/2015. As leis brasileiras atuais têm forte essência de outros movimentos a favor de um princípio inclusivo pelo mundo. Um dos momentos importantes que pode ser citado foi a Declaração dos Direitos do Homem em 1789, a Constituição Francesa de 1791 (Braga; Feitosa, 2016).

De acordo com Bombarda e Carneiro (2019, p. 7).

A inclusão surge, então, como uma proposta de educação para todos, de forma igualitária e de qualidade. O conceito de inclusão passou a ser trabalhado na Educação Especial, buscando a inserção dos alunos, considerando suas múltiplas diferenças (pessoais, linguísticas, culturais, sociais, etc.), reconhecendo a necessidade de mudanças no sistema educacional, que na realidade não se encontra preparado para atender a essa clientela. (Bombarda; Carneiro, 2019, p. 7).

Percebe-se que nas considerações de Bombarda e Carneiro (2019) depois dos movimentos que causaram mal a sociedade por perseguição por motivos de raça, religião e opiniões, a inclusão não poderia ser considerada apenas o acolhimento de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, mas sim aquelas que por alguma razão não se enquadravam nos padrões sociais.

O período pós-Guerra Mundial de 1945 fez com que a sociedade mundial repensasse a condição do ser humano como uma pessoa dotada de direitos a vida, a escolha religiosa e o modo de viver. Em 1948 surgiria então a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela foi um importante passo para se reconhecer as diversidades, explicam Braga e Feitosa (2016).

E como a sociedade começaria a partir desses registros históricos em valorização da vida e do ser humano, os centros educacionais em todo o mundo começariam a introduzir práticas e discussões em favor de um ensino inclusivo, destacam Baptista *et al.* (2022). A deficiência então percebida como um campo de tratamento apenas para médico, traria o entendimento que a ela é uma soma de possibilidades que deve ser estudada por diversos profissionais, principalmente ligados à área da educação.

Conforme Baptista *et al.* (2022, p. 5)

Assim, é incontestável que se impõe ao professor um grande desafio, ou seja, mudar a visão incapacitante das pessoas com deficiência e/ou NE para uma visão que aposte na diversidade e equidade como resposta educativa. [...] é também necessário que os professores estejam disponíveis para receber formação contínua como auxílio para repensar o ato educativo, analisar as práticas docentes, efetuar uma reflexão coletiva e atender ao princípio da aceitação da diferença. (Baptista *et al.*, 2022, p. 5).

A inclusão como Direito do ser humano legitimado por diversos atos legais pelo mundo como a Declaração Universal dos Direitos Humanos a Declaração de Salamanca feita por acordo dos países membros da ONU em 1994 fez com os direitos fossem um objeto de luta social, e a implantação de ações seria efetivamente necessária para consolidar uma sociedade que percebesse e aceitasse as diferenças (Costas, 2016).

Costas (2016) considera que os efeitos das discussões internacionais sobre a inclusão fizeram com que no Brasil políticas públicas educacionais, sociais e orçamentárias ganhassem mais visibilidade, principalmente com a construção da LDB 9394/96 que trataria a inclusão como um processo a ser construído e posto em prática nas mais diversas áreas da sociedade, principalmente no âmbito escolar.

2. A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM ALTAS HABILIDADES

Os primeiros estudos sobre a inteligência das crianças começaram na França no final do Século XIX e no início do Século XX por *Alfred Binet* e *Théodore Simon* que criaram uma ferramenta que poderia trazer uma classificação dos níveis de inteligência e aprendizagem. No ano de 1910 os Estados Unidos começariam a usar esse mesmo modelo para diferenciar as crianças com maiores conhecimentos. Essa ferramenta ganharia o nome de escala de *Stanford-Binet* (Martins, *et al.* 2020).

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

Martins (2020) argumenta que esses testes foram questionados a partir de 1930 pelo seu caráter discriminativo e pelo excesso das avaliações. No ano de 1960 tanto educadores quanto psicólogos tinham diversas análises negativas sobre os testes de inteligência, que poderia criar às minorias falta de acesso à educação de qualidade e colocá-los ainda mais no campo da marginalidade social.

O superdotado é a criança que possui habilidade superior em algum campo do conhecimento. É aquele o qual, além de ter características de aprendizagem com maior facilidade e possuir talentos, encontra barreiras na escola para desenvolver seu campo de aprendizagem. Isso acontece por propostas pedagógicas, planejamento didático e concepções que desconsideram os alunos com um potencial mais elevado para aprender, compreendem Oliveira e Rangni (2020).

De acordo com as considerações de Campos *et al.* (2019), na contemporaneidade o conceito de alta habilidades/superdotação tornou-se um objeto de estudo de diversas áreas no campo científico, que trazem um viés de entendimento da integridade, bem como da inclusão, assim como dos campos emocionais e cognitivos das pessoas. Ressalta-se a importância desses processos para a construção de diretrizes eficazes para atendimento as pessoas com habilidades potencializadas nos mais diversos campos da aprendizagem ou de talento.

A grande responsabilidade de gerir um processo de atendimento às crianças com altas habilidades implica no sucesso educacional e inclusão dela no campo social. Se direcionados encaminhamentos sem considerar as ações potencializadas dessas crianças, pode ocasionar a elas pressão pelos pais para sempre se manterem em graus de destaque na escola e sociedade. A escola pode gerar traumas como medo e fracasso por não corresponder o que se esperaria delas ante a um desafio (CAMPOS, *et al.*, 2019).

Coutinho-Souto e Fleith (2021) consideram que para trazer a discussão dos alunos com altas habilidades para o campo escolar, exige planejamento de ações. O currículo deve ser construído de modo a absorver as diversidades de cada aluno. É necessário compreender que os ajustes exigem entendimento do que se espera atingir com cada aluno e quais as ferramentas necessárias para potencializar seu campo de aprendizagem.

De acordo com Coutinho-Souto e Fleith (2021, p. 32)

[...] percepção de que a inclusão educacional do aluno com dupla excepcionalidade é um processo de natureza complexa, tendo em vista que a presença isolada de determinados fatores, como, por exemplo, a disponibilização de sala de recursos de altas habilidades/superdotação dissociada de adaptações curriculares e do envolvimento dos diversos atores escolares, não é suficiente para assegurar o êxito da inclusão. (Coutinho-Souto; Fleith, 2021, p. 32).

A citação supracitada revela que a inclusão para alunos com altas habilidades esbarra na formação docente e em quanto a escola estaria apta a oferecer materiais pedagógicos, didáticos ou de qualquer outra natureza para que os alunos pudessem desenvolver seu aprendizado de modo dinâmico, algo, sobretudo, de ordem complexa para a escolas. Elas ainda estariam criando seus campos de aprendizagem em um modelo tecnicista e conservador. Esses vieses desconsideram as singularidades de cada aluno (Coutinho-Souto; Fleith, 2021, p.32).

Referenciado por Souza (2021), o IBGE no ano de 2020 levantou que no Brasil há 24.424 estudantes com o perfil de altas habilidades. Mas por falta de diagnóstico, esse número poderia ser ainda maior. Outro dado reportado, do mesmo ano, é da Organização Mundial da Saúde que apresenta um percentual de 5% de pessoas superdotadas ou com altas habilidades em todo o mundo.

Se há um grande número de crianças com altas habilidades nas escolas do país, Nogueira *et al.* (2021) entende que é preciso que elas inovem na oferta de um ensino moderno e atrelado ao campo da informatização. As crianças com altas habilidades aprendem de modo mais rápido. Sua curiosidade é maior. Por essas questões o uso de ferramentas tecnológicas como recurso pedagógico poderia ser importante para o processo de aprendizagem.

Bueno e Baniaki (2021) discorrem que cabe a escola o encontro de ações planejadas para ter um ensino motivador aos alunos com altas habilidades. Existem muitas crianças com características de QI elevado e que são desmotivados no âmbito escolar. Isso acontece justamente por falta de conteúdos mais adequados ao seu interesse. As tarefas aplicadas a eles, devem ser diferentes do habitual. Elas precisam ser inseridas para desenvolver ainda mais as habilidades apresentadas.

De acordo com Bueno e Baniaki (2021) existem diversos recursos tecnológicos que podem ser utilizados como ferramenta pedagógica. Um deles é o GeoGebra, um *software*

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

livre e gratuito com conteúdos matemáticos que podem desafiar o aluno a resolver situações matemáticas de forma mais interativa e atrelada às tecnologias. O computador em sala de aula e o uso de *softwares* gratuitos na internet podem apresentar-se com um recurso importante para a construção efetiva e dinâmica dos conteúdos de alunos com Altas Habilidades ou Superdotação.

Toda a questão de um trabalho diferenciado com aluno com grau de desenvolvimento maior no campo cognitivo ou intelectual pode causar receio no professor, que muitas vezes encontra dificuldades para compreender quais seriam os caminhos mais claros para usar as tecnologias em favor de cada aluno, principalmente aqueles que exigem um campo de atendimento mais dinâmico. Por essa razão, a formação contínua ao docente, torna-se indispensável (Zancheti, *et al*, 2021).

3. AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA PRÁTICA

Para Azinheiro e Martins (2005 apud Mendonça, Rodrigues e Capellini, 2020) uma das dificuldades de inclusão de alunos com altas habilidades ou superdotação na prática é o diálogo pais-escola, principalmente em se tratando da dificuldade dos pais na comunicação das características especiais da criança e o motivo de um atendimento diferenciado, bem como o modo como os pais apresentam suas exigências à escola. Alunos com AH/SD tendem a questionar com frequência e confrontar a autoridade do docente ou de outros profissionais da escola, a citar, a coordenação e a direção. Outrossim, os alunos em questão experimentam frustrações e reações emocionais negativas excessivas quando são contrariados, haja vista que conflitos internos podem ocorrer devido ao descompasso entre o desenvolvimento cognitivo o qual se processa em ritmo muito superior ao desenvolvimento físico e emocional.

Mendonça, Rodrigues e Capellini (2020) também sinalizam que, dentre as principais características apresentadas pelos alunos com AH/SD, está o fato de serem questionadores e investigadores, o que pode, frequentemente, despertar algum receio por parte dos professores.

Para Barreto et al. (2022), de acordo com seu relato de experiência em instituição de ensino, uma dificuldade de inclusão relevante associa-se a falta de formação na área e

falta de formação continuada, tendendo a fazer com que os docentes tivessem dificuldades no trabalho em sala de aula com a educação inclusiva. Em complementação a este fato, existe a menção da falta de atendimento educacional escolar especializado, delegando toda responsabilidade do processo educacional inclusivo e articulador aos professores e ao cuidador educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão não pode ser compreendida apenas como acesso a auxílios, condições ou suporte para pessoas que possuem algum tipo de deficiência. A literatura já vem tratando como um instrumento de pertencimento social. Todos na sociedade têm os mesmos direitos. E é nesse viés que a inclusão surge em assegurar os direitos a um grupo tão diverso de pessoas.

Ao ler diversos artigos sobre a inclusão e de como a escola trata a questão do superdotado ou do aluno com altas habilidades, compreendeu-se que por mais garantias legais possam existir sobre a inclusão, as ações ainda não são concretizadas com a devida rapidez nas escolas. Isso ocorre por frágeis discussões na formação docente sobre o assunto, aquisição e investimentos a recursos tecnológicos e mudanças de paradigmas na área pedagógica.

As dificuldades de inclusão de alunos com altas habilidades ou superdotação na prática são variadas, mas pode-se citar como importantes as que se relacionam com a dificuldade dos pais na comunicação das características apresentadas por seus filhos que podem comprometer o processo de ensino e aprendizagem em sala, se não forem previamente conhecidas, como a tendência a questionamentos e confrontos frequentes com o professor. Ademais, os alunos com AH/SD podem despertar receio docente, porque o professor pode não saber como lidar com eles. Além do mais, a carga de responsabilidade no processo inclusivo depositada na figura do professor, principalmente se este não possuir formação na área ou formação continuada, pode dificultar a inclusão.

As ações nas escolas de Educação Básica para um trabalho efetivo e inclusivo para os alunos que possuem altas habilidades ou superdotação ainda precisam ser aprimoradas. A variedade de leis confere garantias teóricas, mas, na prática, é preciso haver garantias de que, cotidianamente, os pais, a escola, os professores e cuidadores estejam aptos a

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

contribuir para o êxito dos alunos em questão. As crianças que possuem algum tipo de alta habilidade ou superdotação podem ter sucesso na vida escolar, se elas forem preparadas para tanto, ao passo que a inobservância às diversidades de alto potencial de aprendizagem pode trazer sofrimento às crianças. Os objetivos desse estudo foram contemplados quando buscaram na literatura de como foi construída o princípio da inclusão no Brasil e no Mundo. Isso foi importante para entender como estão construídas as diretrizes educacionais para atendimento dos alunos com altas habilidades.

Esse estudo trata de um pequeno recorte sobre a inclusão e o trabalho com alunos superdotados nas escolas do Brasil e, por conta disso, são necessárias outras leituras sobre o tema. Isso seria importante para fortalecer a necessidade de entender melhor a inclusão de alunos com altas habilidades. É um campo que precisa ser explorado para melhorar a educação como um todo, pois os princípios da inclusão devem ser estendidos a todas as pessoas com ou sem dificuldades para construir o conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

AZINHEIRO, Alexandra; MARTINS, Teresa. Intervenção com pais de crianças sobredotadas: reflexões e propostas. **ANEIS – Associação Nacional para o Estudo e a Intervenção na Sobredotação**. Braga, v. 6, p. 139-147, 2005.

BAPTISTA, R; FERREIRA, M.E; COSTEIRA, J. et al. **Abrindo Portas para Inclusão: percepções sobre a educação inclusiva e desenho universal para a aprendizagem**. Seção Especial: Universidade e Inclusão. Revista Docência Ens. Sup., Belo Horizonte, v. 12, 2022.

BARRETO, C.A.S. et al. As dificuldades enfrentadas na docência com educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (DTGDAHS): relato de experiência no colégio ACM em Santa Ines/BA. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.9, n.1, 2022. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/9332>. Acesso em 16 de maio de 2024.

BOMBARDA, A; CARNEIRO, R.U.C. **Os Desafios Contemporâneos para o Processo Inclusivo na Educação Superior**. Revista Práxis Educacional. Vitória da Conquista, Bahia, vol. 15, n. 33. 2019.

BRAGA, J.C. de; FEITOSA, G.R. **Direito à Educação da Pessoa com Deficiência Transformações Normativas e a Expansão da Inclusão no Brasil**. Revista Direitos Humanos e Democracia. Editora Unijuí, ano 4, n. 8, jul./dez, 2016.

Cadernos da Fucamp, v. 28, p. 107-120/2024.

BUENO, A.C; BANIAKI, M.I. **Cenários animados no GeoGebra e o estudo de funções por alunos com altas habilidades/superdotação.** Tangram –Revista de Educação Matemática, Dourados -MS –v.4n.1,2021.

CAMPOS, C.R; ZAIA, P; OLIVEIRA, K.S. et al. **Avaliação Psicológica e Intervenção: Um estudo de caso sobre altas habilidades/superdotação.** Revista Educação Especial, v. 32,2019.

MENDONÇA, Lurian Dionízio; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lucia Messias. Alunos com altas habilidades/ superdotação: como se veem e como são vistos por pais e professores. **Educar em Revista**, Curitiba, v.36, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/pXpvkKqhvSDhJpnrMCBFhdc/?lang=pt>. Acesso em 16 de maio de 2024.

COSTAS, F.A.T. **Educação Inclusiva: As Implicações das Traduções e das Interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil.** Artigo Original, Ensaio: aval. pol. públ. educ. 24 (91), Apr-Jun 2016.

COUTINHO-SOUTO, W.K.S; FLEITH, D. de S. **Inclusão educacional: estudo de caso de um aluno com dupla excepcionalidade.** Revista de Psicologia, Vol. 39 (1), 2021.

GOUVÊA, J.A.G; GARCIA, L.F; OLIVEIRA, L.P. **A Evolução Conceitual Histórica sobre as Pessoas com Deficiência e as Leis mais atuantes no Cenário Brasileiro.** XII Encontro Internacional de Produção Científica, Anais Eletrônicos, 2021.

MARTINS, F.R; DELOU, C.M.C; CARDOSO, F.S. **Contribuição de Atividade Experimental na Mudança Conceitual de Alunos Superdotados.** Revista Educação, Artes e Inclusão, vol. 16, n. 1, 2020.

MINAYO, M.C. de S; COSTA, A.P. **Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa.** Revista Lusófona de Educação, 2018.

NOGUEIRA, S.R.A; GOMES, U.H; CARDOSO, F.S. *et al.* Revista Alef, 2021. Disponível em <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/49467/29584>. Acesso em 11 de julho de 2023.

NUNES, D. R. de P. **Educação inclusiva** / Débora Regina de Paula Nunes. – Natal: EDUFRN, 2013. Natal: EDUFRN, 2013.

OLIVEIRA, R.F.C; RANGNI, R. DE A. **Alunos dotados de escolas com diferentes índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB).** Revista Eletrônica de Educação, v. 14, jan./dez. 2020.

RIGO, N.M. **inclusão Escolar: Um olhar sobre as formas de conviver com o outro.** Educação Temática Digital Campinas, SPv.21n.2p. 495-512abr./jun.2019.

SOUSA, R.S..de. **Educação, Artes e Inclusão.** Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresinha (PI), v. 4, n. 3, p. 01-02, 2022.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

SOUZA, L. **Mais de 24 Mil Crianças no Brasil são Superdotadas, mostra Censo.** 2022. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/Mais-de-24-mil-criancas-no-brasil-sao-superdotadas-mostra-censo#:~:text=No%20Brasil%2C%20de%20acordo%20com,de%20alta%20habilidade%20ou%20superdota%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em 11 de julho de 2023.

TRAINA, A.J.M. **Como Fazer Pesquisa bibliográfica.** Sociedade Brasileira de Computação, Vol.2, n.º 2, Horizontes: 2009.

ZANCHETI, V. de; YAEGASKI, S.F.R; SOUZA, S.T.de. **Alunos com Altas Habilidades/Superdotação e o Atendimento Educacional Especializado.** Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-22, e-18288.086, 2021.